

---

## EDITORIAL

---

Prezada leitora, prezado leitor

Abrimos este número registrando, por meio de depoimentos de pessoas que conviveram com a professora Maria José Garcia Werebe, colaboradora de *Cadernos de Pesquisa* falecida no ano passado, passagens que dizem respeito à sua vida profissional e dão uma idéia da dimensão humana e dos compromissos políticos que pautaram as escolhas dessa valorosa educadora brasileira. Nossa pequena homenagem a uma grande mulher.

O Tema em Destaque deste número – Religião, Moral e Civismo na Escola Pública – foi organizado por Luiz Antônio Cunha, a quem reiteramos nosso agradecimento. Esse assunto é bem oportuno pois, como sabemos, o currículo é uma arena em que se dão muitas disputas sobre quais saberes devem ser reconhecidos como valiosos para ser inculcados pelas escolas nos corações e mentes. Há quatro anos o movimento negro obteve uma vitória nessa luta. O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana deve ser incorporado pelas instituições de ensino em todos os níveis e modalidades da educação brasileira. Mais recentemente, as entidades de sociólogos e de licenciados em Filosofia têm o que comemorar com a perspectiva de obrigatoriedade desses componentes curriculares no ensino médio.

No caso da Educação Moral e Cívica, as pressões para reintroduzi-la como disciplina específica nos currículos da escola básica partem de deputados, ciosos de restaurar os pretensos mecanismos de coesão social que teriam escapado às rédeas da educação no contexto contemporâneo em que grassam a violência e os comportamentos disruptivos. Com motivações em parte análogas, as investidas de determinadas igrejas quanto à implantação da educação religiosa têm conseguido recuperar espaços que haviam sido perdidos para o ensino laico nas escolas públicas.

Não sem conflitos e caminhando por um terreno eivado de ambigüidades, as propostas de Ensino Religioso e de Educação Moral e Cívica constituem um tema instigante de estudos, abordado com muita propriedade em quatro artigos, assinados respectivamente por Luiz Antônio Cunha, Ana Maria Cavaliere, Janayna de Alencar Lui e Daniela Patti do Amaral. Eles dão indícios de que, sob o manto de um currículo aparentemente assente, pulsam tensões de várias ordens que fazem subir o termômetro da discussão.

Na sessão Outros Temas, a reflexão de ordem mais geral, feita por José Augusto Pacheco e Nancy Pereira, da Universidade do Minho, conduz ao exame dos impactos da globalização no reforço dos processos de homogeneização da escola e também do currículo. Ainda quando se argumenta que os projetos da escola são realizados com base na sua autonomia e nas identidades locais, eles terminam por se moldar à lógica normativa e ao ritual das decisões que configuram as políticas educativas no plano macro.

Cibele I. Andrade e J. Norberto W. Dachs trazem evidências importantes sobre renda e cor para a discussão de políticas alternativas.

Sonia Kramer e Maria Fernanda Nunes buscam resgatar, nos relatos das profissionais responsáveis pela gestão da educação infantil nas Secretarias de Educação dos municípios fluminenses, as impressões das entrevistadas sobre a gestão, a identidade e a formação profissional nas redes.

O artigo de Flavia Medeiros Sarti e Belmira Oliveira Bueno procura caracterizar os modos pelos quais professoras das quatro primeiras séries do ensino fundamental apropriam-se das leituras de textos acadêmicos em um programa de educação continuada cujo objetivo é conferir-lhes uma formação em nível de licenciatura.

Apoiada em narrativas recentes de livros de ocorrência, utilizados em escola pública de primeira a quarta séries, Ana Lúcia Silva Ratto questiona a lógica disciplinar que preside a forma de vigilância exercida nesse estabelecimento, a qual termina por gerar maior necessidade de vigiar as crianças, infantilizadas por essa forma de controle.

Vale a pena conferir.

*As Editoras*